

## História e linguagem: o tema da imigração nas páginas do jornal *O Estado* (1936-1938)

### History and language: the theme of immigration in the pages of the newspaper *O Estado* (1936-1938)

Márcio Santos de Santana<sup>1</sup>, Higor Jardim Evangelista<sup>2</sup>

#### Resumo

---

Esta pesquisa analisa de que maneira o tema da imigração foi representado nas páginas do jornal *O Estado*, publicado entre outubro de 1936 e fevereiro de 1938. Nosso objetivo principal é responder ao problema que norteia esta investigação: o tema da imigração foi representado de forma homogênea nesse periódico? Nossa hipótese de trabalho é a de que alguma variação exista. Verificar-se-á, nas páginas seguintes, se essa hipótese é procedente ou não. A metodologia de pesquisa adota uma abordagem qualitativa, que toma como procedimento técnico a combinação entre a pesquisa documental e bibliográfica. Em relação ao objetivo do estudo, ele tem um caráter descritivo e explicativo; finalmente, as bases lógicas da investigação são norteadas pelo raciocínio hipotético-dedutivo. Tendo criado um projeto para unificar a cultura nacional, o governo Vargas estabeleceu forte controle sobre os meios de comunicação e os utilizava para disseminar os valores culturais de interesse do regime. Entretanto, apareceu um obstáculo à sua concretização, pois a constante chegada de imigrantes no país dificultava a consolidação da homogeneização racial e cultural do Brasil. Isso porque os imigrantes recém-chegados traziam com eles não apenas a sua força de trabalho, mas também a cultura de seu país de origem.

**Palavras-chave:** Jornal; Imprensa; Política, Imigração; Governo Vargas.

#### Abstract

---

This research analyzes how the theme of immigration was represented in the pages of the newspaper *O Estado*, published between October 1936 and February 1938. Our main objective is to answer the question that guides this investigation: was the theme of immigration represented in a homogeneous way in this periodical? Our working hypothesis is that some variation exists. We will verify, in the following pages, whether this hypothesis is correct or not. The research methodology adopts a qualitative approach, which uses as a technical procedure the combination of documentary and

---

<sup>1</sup> Professor Associado no Departamento de História, na área de Teoria da História, da Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina, Paraná, Brasil. Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil. Graduado em História (Bacharelado e Licenciatura) pela Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil. Coordenador do Grupo de Pesquisa “Tempo presente: seus dilemas, suas perspectivas”, cadastrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasília, Distrito Federal, Brasil. *E-mail:* msantana@uel.br

<sup>2</sup> Graduado em História pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina, Paraná, Brasil. Pesquisador do Grupo de Pesquisa “Tempo presente: seus dilemas, suas perspectivas”, cadastrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasília, Distrito Federal, Brasil.

bibliographic research. Regarding the objective of the study, it has a descriptive and explanatory character; finally, the logical bases of the investigation are guided by hypothetical-deductive reasoning. Having created a project to unify national culture, the Vargas government established strong control over the media and used them to disseminate cultural values of interest to the regime. However, an obstacle appeared to its implementation, since the constant arrival of immigrants in the country made it difficult to consolidate the racial and cultural homogenization of Brazil. This is because newly arrived immigrants brought with them not only their labor force, but also the culture of their country of origin.

**Keywords:** Journal; Press; Policy; Immigration; Vargas government.

## Introdução

Ao longo do governo Vargas (1930-1945), foram envidados esforços pela formulação de um projeto que tinha como objetivo a homogeneização cultural da população brasileira. Projeto este que continha valores específicos a serem adotados pela população em seu cotidiano. Para a implantação do projeto, no plano legal, o governo adotou duas ações relevantes que lhe garantiram o controle das mídias:

- (i) a nacionalização do serviço de censura dos filmes cinematográficos (Brasil, 1932);
- (ii) criação do Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores (Brasil, 1934b).

Os fluxos imigratórios para o Brasil tiveram prosseguimento nesse contexto. Com isso, uma situação aparentemente paradoxal se formava, pois, ao mesmo tempo em que o governo visava ter uma cultura unificada, o país seguia recebendo novos imigrantes com culturas variadas. Essas chegadas de imigrantes se tornaram um novo obstáculo para o governo Vargas superar.

Nesta pesquisa analisamos como o jornal *O Estado* – publicado entre outubro de 1936 e fevereiro de 1938 – representou a imigração e os imigrantes. Buscamos entender se as opiniões veiculadas no jornal, em relação ao tema, estiveram ou não em sintonia com os interesses do governo.

Três elementos estruturais dão conta da importância dessa análise: (i) o ineditismo da fonte,

pois o jornal *O Estado* não foi alvo de nenhum estudo acadêmico até o momento; (ii) o controle que o regime Vargas buscou exercer sobre os meios de comunicação e (iii) o fluxo imigratório era entendido como obstáculo aos planos do governo.

O jornal *O Estado* foi fundado em outubro de 1936 por Gumy Júnior e Romário Fernandes da Silva. Ele foi idealizado para ser o veículo que apresentaria à população paranaense uma fonte segura de orientações políticas e intelectuais (Pilotto, 1976). Não é difícil de compreender essa motivação, desde que avaliado no contexto em que o Paraná e o Brasil se encontravam naquele momento. Como citado anteriormente, o período foi marcado por uma forte regulamentação governamental imposta sobre as mídias de comunicação, impactando a divulgação de informações para a população.

As edições do jornal *O Estado* eram bem estruturadas, sendo perceptível a existência de um padrão. Contava inicialmente com edições diárias de 12 páginas, mas com o passar dos meses, no entanto, suas edições são reduzidas a oito páginas. A divisão de seções do periódico permaneceu intocada, ou seja, um espaço para a política nacional, outro para a política internacional, as ocorrências locais também eram delimitadas, assim como o noticiário esportivo e o espaço para os anunciantes, além de uma área reservada para os textos de reflexão.

Como os demais documentos, o jornal exerce também o papel de *agente histórico*, pois,

Se o jornal transmite informações, ele também produz opiniões, discursos, análises da realidade que são geradas na sociedade envolvente e que a ela retornam. São capazes, os jornais, de revelar verdades e aspectos da realidade

que certos interesses políticos e econômicos prefeririam conservar ocultos; mas também é dos jornais a possibilidade de construir meias-verdades, de silenciar sobre certos fatos e não outros, de selecionar e redefinir a informação a ser transmitida. A um só tempo, os jornais tratam e elaboram representações da realidade, e já modificam e interagem sobre esta mesma realidade (Barros, 2023).

A fundação do jornal não atendeu a objetivos exclusivamente políticos; mas, o periódico teve uma relevante atuação política. Da mesma forma, a atração dos leitores pode se dar pelos mais variados motivos, pois as funções exercidas por um jornal são diversas, tais como informação, crítica, propaganda, entretenimento etc.

Evidentemente que as motivações políticas estão incluídas, mas não pareceu ser o caso deste periódico, ao menos no ponto que a análise ora realizada permitiu estabelecer. Em decorrência disso, no plano teórico-metodológico devemos pensar

[...] o jornal não como um veículo passivo e neutro de informação, mas também como um sistema capaz de produzir e difundir discursos e instaurar um processo de comunicação que nada tem de neutro é fundamental para termos a devida consciência da função dos jornais como agentes e instrumentos capazes de interferir na história (Barros, 2023).

A metodologia de pesquisa adota uma abordagem qualitativa, que toma como procedimento técnico a combinação entre a pesquisa documental e bibliográfica. Em relação ao objetivo do estudo, ele tem um caráter descritivo e explicativo; finalmente, as bases lógicas da investigação são norteadas pelo raciocínio hipotético-dedutivo.

Traduzindo em miúdos: fizemos uma varredura nas 426 edições publicadas entre 1936 e 1938 – em 1936, das edições 001 a 077; em 1937, das edições 078 a 400; em 1938, das edições 401 a 426 – e selecionamos as 16 matérias que abordam a temática analisada. Do ponto de vista tipológico

essas matérias consistem em 9 editoriais, 6 notícias e 1 artigo de opinião.

### **Prelúdio: o ano de 1936**

A abordagem referente ao governo Vargas não era algo recorrente em todas as edições do jornal. Isso por conta da extensa variedade de seções, tal como já explicitado anteriormente. Nesse sentido, a abordagem referente à imigração, dada a especificidade, se torna ainda mais rara inicialmente. O que a torna relevante? Essa irregularidade, em um jornal de vida tão curta, nos revela o nível de penetração dessas representações. Entretanto, ainda que de maneira cuidadosa e rara, o jornal se posiciona referente à imigração e à forma como o governo lidava com ela.

Em 10 de dezembro de 1936 foi publicada a primeira matéria em que a imigração e as políticas migratórias são abordadas diretamente n’*O Estado*. A relevância da matéria é indicada pelo local de destaque em que ela se encontra na página do jornal<sup>3</sup>. Por conseguinte, deixá-la mais chamativa, em relação às demais matérias de seu entorno, foi um objetivo dos editores do jornal. Logo, se comparada às outras, a matéria referente à imigração recebeu atenção e esforços muito maiores em sua produção.

A matéria em questão enaltece o fato de um senador paulista propor alteração na constituição, referente à imigração no país, sem citar exatamente qual. Entretanto, apesar de enaltecer as propostas do parlamentar, o jornal explicita a divergência ideológica com o governo referente ao tema migratório. De acordo com a matéria em questão, a constituição da época continha “tendências xenófobas” (A Imigração [...], 1936, p. 2).

As políticas migratórias do governo Vargas são descritas de maneira ríspida; o jornal enfatiza a importância da imigração para o desenvolvimento do país, assim como a necessidade de mais imigrantes para reforçar a economia.

<sup>3</sup> Localizado na segunda página do jornal, texto extenso, títulos em fontes chamativas e ocupando uma larga coluna na região central da página.

A matéria traça críticas à política imigratória e à legislação referente ao tema, não mencionando autoridades do Estado – o presidente Vargas, por exemplo, não é citado. As críticas tecidas pelo jornal não invadem o espaço privado. Assuntos de Estado são tratados como assuntos públicos.

No dia 13 de dezembro de 1936, o jornal faz uma nova matéria – “Ainda a quota da imigração” – a respeito da imigração no país. A sua escrita expressa a intenção de ser uma sequência direta da matéria publicada no dia 10. A matéria recebeu destaque no jornal, sendo matéria central da segunda página e com boa extensão de texto.

A argumentação dessa matéria se inicia dando continuidade às críticas realizadas na matéria anterior; ressalta a discordância com a política imigratória vigente. Dentre as críticas realizadas, o jornal enfatiza a forma como a política adotada prejudica o desenvolvimento das lavouras do país.

Os objetivos iniciais da fundação do jornal são respeitados, considerando que a linha editorial opta por deixar evidentes seus pensamentos e discordâncias a respeito das políticas nacionais (Ainda [...], 1936, p. 2).

No dia 29 de dezembro de 1936 foi publicada uma matéria – “A fobia da nacionalização” –; de forma similar, recebeu destaque ao ser centralizada na segunda página do jornal, com direito a título mais chamativo que os demais. As críticas ao governo que assumiu após a Revolução de 1930 seguem uma argumentação direcionada às ideias consideradas “extremistas”:

Logo depois da vitória da Revolução de 30, quando os homens que a dirigiram, assumiram o poder e voltaram às suas preocupações para a obra da renovação administrativa do país, no meio das ideias, de natureza conservadora, surgiram alguns de caráter claramente extremistas (A Fobia [...], 1936, p. 2).

Esta é a última matéria de 1936 em que o jornal *O Estado* aborda o tema da imigração no

Brasil. Na sequência, a análise será direcionada para o ano de 1937, cuja importância é inegável, tendo em vista que houve a implantação de um novo regime político, o Estado Novo, uma ditadura explícita, com a promulgação de uma nova constituição no país. Autoritarismo escancarado, como os atores sociais reagiriam na nova conjuntura?

### Interlúdio: o ano de 1937

Em 6 de fevereiro foi publicada a primeira matéria – “A constituição e a imigração” – sobre a imigração do ano de 1937. Em contraste com as demais matérias citadas até aqui, esta não desfrutou de tanto destaque. Embora centralizada, ocupa apenas um *box*, não sendo o destaque na página do jornal (A Constituição [...], 1937, p. 2).

A argumentação se inicia com a crítica ao exagero na utilização do termo “realidade brasileira” por parte dos chamados “doutrinadores da economia”. Esse termo seria muito utilizado nos discursos governamentais, seja pelo próprio presidente Vargas, seja por representantes de seu governo<sup>4</sup>. Segundo Ostos (2009, p. 23),

[...] notamos que ele fez inúmeras referências a esse ‘mundo real’, sobre o qual importava ‘dizer alguma coisa’. Getúlio evocava em seus discursos as muitas facetas dessa ‘realidade’, imprimindo a suas palavras uma dose de modernidade e de frescor que seduzia os descontentes.

Voltando a argumentação presente na matéria, a crítica recai justamente à forma como o termo *realidade brasileira* era utilizado, visto que não se trataria de uma categoria social, na medida em que expressava apenas a concepção pessoal do utilizador. Sendo assim, o termo realidade brasileira não faria referência a algo verdadeiro, podendo ser moldado de acordo com as necessidades do operador do discurso.

Tendo essa opinião a respeito do uso do termo, a matéria prossegue em tom crítico, analisando

<sup>4</sup> Prossegue Ostos (2009, p. 23) na explicação: o termo “realidade” conta com diversos aspectos e o seu significado pode variar de acordo com a pessoa que o emprega, não tendo, dessa maneira, um significado fixo.

a questão da imigração na constituição brasileira. O aspecto interessante foi a tomada de posição dos editores do jornal, explicitando a sua própria perspectiva do que seria a “realidade brasileira”:

O Brasil é um imenso deserto, com escassos núcleos de população. Precisa como nenhum outro país do mundo, de gente. Pois em vez de facilitarem a entrada de braços, quase fechamos-lhes as nossas portas. A consequência não se fez esperar: Sendo um dos raros recantos universais onde há falta de trabalhadores, agravou-se a crise desses elementos essenciais às lides agrárias (A Constituição [...], 1937, p. 2).

A Constituição de 1934 recebe críticas nas páginas d’*O Estado*, em virtude das restrições à entrada de imigrantes no país, nos termos estabelecidos no §6 do art. 121<sup>5</sup>. O texto constitucional, tal como previsto no §7 do art. 121, prevê a obrigatoriedade de que os imigrantes passem por um processo de assimilação cultural ao ingressarem no país<sup>6</sup> (Brasil, 1934a).

A partir do dia 19 de fevereiro de 1937, o formato do jornal passou por uma mudança importante, pois teve seu número de páginas reduzido de 12 para oito em cada edição. A mudança no formato da página teria alterado a maneira de transmissão da informação, isto é, há alguma relação entre forma e conteúdo nesse caso?

A mudança não afetou apenas o tamanho das edições, mas também a forma como os textos eram escritos, tendo em vista que eles ganharam um caráter bem menos crítico após essa alteração. Portanto, os posicionamentos presentes nos editoriais já não eram mais tão contundentes, como nas matérias escritas no período anterior.

Uma matéria apresentada em texto breve, posicionada no centro da primeira página, publicada em 25 de maio de 1937 discorre sobre um estudo – “Artigo do professor Deffontaines sobre a economia brasileira” – que explica como a falta de trabalhadores afeta negativamente a economia brasileira e como a vinda de imigrantes faria bem para o país.

De acordo com a matéria, o professor Pierre Deffontaines<sup>7</sup> defendia que “A diversidade de elementos étnicos [existente no Brasil] era compensada por uma assimilação excepcional e a raça brasileira se constituía de elementos positivos, que rapidamente absorviam os demais.” Como se percebe, trata-se de uma abordagem no plano das ideias, em contraste com outras abordagens anteriores. Nesse sentido, não há críticas ao governo federal e nem à política de imigração do país (Artigo [...], 1937, p. 1).

A matéria “A imigração de europeus para o Brasil”, publicada na mesma edição do jornal, complementa a anterior. Em relação à forma, é também constituída por um texto curto, alocado ao final da segunda página. O eixo central da argumentação é o processo realizado por Luiz Romero, representante do governo brasileiro no exterior, para trazer imigrantes para o país.

Consoante o jornal, os imigrantes selecionados para trabalhar no Brasil, “corresponderão às exigências necessárias de moralidade”. Paire sobre essa proposição, o dilema da assimilação do elemento estrangeiro à cultura nacional, já assinalado anteriormente, um elemento central para compreensão da mentalidade da época (A Imigração [...], 1937, p. 2).

<sup>5</sup> O respectivo parágrafo do texto constitucional estabelece: “§ 6.º A entrada de imigrantes no território nacional sofrerá as restrições necessárias à garantia da integração étnica e capacidade física e civil do imigrante, não podendo, porém, a corrente imigratória de cada país exceder, anualmente, o limite de dois por cento sobre o número total dos respectivos nacionais fixados no Brasil durante os últimos cinquenta anos” (Brasil, 1934a).

<sup>6</sup> Registra esse parágrafo do texto constitucional: “§ 7.º É vedada a concentração de imigrantes em qualquer ponto do território da União, devendo a lei regular a seleção, localização e assimilação do alienígena” (Brasil, 1934a).

<sup>7</sup> Pierre Deffontaines (1894-1978) foi um geógrafo francês. Obteve seu doutorado em geografia pela Sorbonne em 1932. Teve uma ligação muito estreita com o Brasil, vindo em diversas ocasiões ao país. Fundou a cadeira de geografia na Universidade de São Paulo em 1935. Criou a cadeira de geografia na Universidade do Distrito Federal, onde lecionou entre 1936 e 1938. Foi um dos principais nomes envolvidos na fundação da Associação dos Geógrafos Brasileiros, do Conselho Nacional de Geografia e da *Revista Brasileira de Geografia* (Ferreira, 1998, p. 380).

O jornal *O Estado* mantém um tom de aparente neutralidade em relação ao tema; não externa crítica ou sugestão ao governo federal, apenas relatando a ação, sem aprofundar-se na discussão. Entretanto, um aspecto entrega o tom de positividade da narrativa em favor do governo: o texto não expõe dados exatos sobre a imigração. O que seria corretamente veiculado como possibilidade, aparece ao leitor como uma certeza.

### *Os meses anteriores ao Estado Novo*

*O Estado* passou um longo período sem abordar a imigração. Porém, na virada de setembro para outubro de 1937, com o surgimento do Plano Cohen, o país entrou em uma onda anticomunista, que chegou não só à redação como às páginas do periódico. Com isso, o jornal passou a realizar uma série de matérias contra o comunismo, sob a alegação de que era o maior inimigo da pátria.

A anterior receptividade aos imigrantes, sempre defendida nas páginas de *O Estado*, foi muito afetada. Segundo a nova narrativa, o comunismo seria trazido ao Brasil através de imigrantes. Foi dessa maneira que o tema da imigração volta a ser recorrente nas edições do jornal. Não é possível determinar se o jornal *O Estado* aderiu a esse discurso autoritário por livre e espontânea vontade ou não. Mas, podemos afirmar que é um cenário muito pouco provável.

O controle da imprensa não fazia distinção em relação ao tamanho dos veículos de comunicação ou à sua localização geográfica. O critério primordial era o respeito às diretrizes políticas estabelecidas pelo regime político. Como lembra Capelato (1999, p. 173), “Havia controle direto sobre os veículos de comunicação: jornais, rádios, cinema. [...] Os que insistiram em manter sua independência ou se atreveram a fazer críticas ao

governo tiveram sua licença cassada. As ‘publicações inconvenientes’ foram suprimidas.”<sup>8</sup>.

No dia 9 de outubro de 1937, foi publicada a matéria “Onde está o mal”, na qual vinculava o comunismo e a imigração. De acordo com a tese defendida, o comunismo seria trazido ao Brasil pelos imigrantes e, por conseguinte, a desagregação da pátria adviria do processo imigratório. Sendo assim, o comunismo é caracterizado como uma força que poderia afetar o país a ponto de levá-lo à aniquilação (Onde [...], 1937, p. 2).

Esse posicionamento seria reforçado na edição seguinte. Em relação à matéria precedente, a nova é, simultaneamente, tanto uma sequência quanto uma retificação. Nela, há uma menção positiva ao fenômeno, alegando que nem todos os imigrantes seriam prejudiciais ao país. Contudo, não deixa de vincular a aniquilação da pátria à imigração, como já feito na matéria do dia 9 de outubro (A Necessidade [...], 1937, p. 2).

O texto se inicia com a recapitulação da matéria anterior, explicando como o fluxo migratório poderia prejudicar o país. Neste ponto, um complemento é apresentado: mesmo com a possibilidade de prejudicar o país, a imigração é importante e, por isso, o jornal é a favor da entrada de imigrantes no Brasil. Subsequentemente, o argumento inusitado, mas não inédito retorna ao debate, qual seja, o de que o país sofria com a falta de trabalhadores! Nesse sentido, qualquer medida em relação à imigração deveria considerar o impacto sobre a economia nacional<sup>9</sup>.

De um lado, o Brasil vivenciaria uma carência de mão de obra. De outro, a imigração era vista com termos em muitos segmentos da sociedade. Sendo assim, como sair do impasse? *O Estado* sugere um meio termo. A matéria argumenta em prol do controle das fronteiras e da seleção dos imigrantes.

<sup>8</sup> Para dar uma dimensão desse movimento de censura, no ano de 1940, “[...] 420 jornais e 346 revistas não conseguiram registro no DIP.” (Capelato, 1999, p. 173). Vale lembrar que o jornal *O Estado de São Paulo* foi expropriado pelo Estado nesse mesmo ano, tendo a família Mesquita perdido o controle de seu jornal, por não ter seguido as diretrizes estabelecidas pelo regime (Erbolato, 1984; Pandolfi, 2018).

<sup>9</sup> O argumento da “falta de braços” antecede a formação do Estado Nacional brasileiro, pois já aparece no discurso da camada dominante desde o século XVII na América Portuguesa (Alencastro, 2000).

O jornal *O Estado* busca um meio termo, pois o país necessita de imigrantes, mas há quem enxergue neles um perigo à nacionalidade. Resta, defende a matéria, o controle e a seleção dos imigrantes que entraram no país, avaliando se o imigrante será útil ao Brasil e, com base nesta utilidade, o país deverá ou não liberar sua entrada.

Uma terceira matéria sobre o tema nacionalismo foi publicada no dia 11 de outubro de 1937, sequência direta das outras duas. A argumentação ressalta os pontos citados nas matérias anteriores, isto é, a necessidade de imigração e os riscos que ela pode oferecer à pátria. Esta terceira matéria, no entanto, não estabelece relação com o comunismo, apenas cita os riscos que os imigrantes podem causar ao nacionalismo brasileiro. Dentre eles, a questão da linguagem. Preocupação realçada no texto concerne à elaboração de editais em línguas estrangeiras, uma prática adota por prefeituras e cultos religiosos (Nacionalismo [...], 1937a, p. 2).

Na medida em que as ações de controle do governo em torno da imigração vão se expandindo, é possível constatar que a receptividade do jornal à questão vai sendo afetada também. Nesse sentido, uma coluna de opinião – “Legítima defesa” – foi publicada no dia 19 de outubro de 1937, onde o seu autor – Carlos Maul – defende a ação governamental de controle de imigração, por meio de registros de imigrantes. Quais as motivações para ele concordar com a ação do governo? Nas palavras do autor:

Depois de muitos anos de vicissitudes e inadvertências, e quando se não pode mais disfarçar a infiltração de alienígenas perigosos no nosso meio, é que se começa a acreditar na necessidade de uma legislação preventiva. Tantas e tão frequentes têm sido as perturbações no ritmo da nossa vida social provocadas por estrangeiros, que já nos arreceiamos de arranhar melindres em se tratando de assegurar a tranquilidade de nossa terra contra a nefasta influência de metecos portadores de micróbios dissolventes do nosso patriotismo (Maul, 1937, p. 2).

Os imigrantes são encarados como uma afronta ao nacionalismo. Nesta coluna, palavras

ásperas – “[...] alienígenas perigosos no nosso meio [...]” e “[...] nefasta influência de metecos portadores de micróbios dissolventes do nosso patriotismo” (Maul, 1937, p. 2) – foram utilizadas para descrever a presença estrangeira em solo nacional. Textos similares aparecerão em edições posteriores.

*O Estado* retorna ao seu padrão de não assinar as matérias, o que direciona a responsabilidade dos textos aos editores. Matérias como as citadas acima, onde a índole dos imigrantes é questionada, vinculando-os ao comunismo. Gradativamente, uma representação vai se tornar frequente outra vez: a do estrangeiro como disseminador do comunismo no Brasil.

### Poslúdio: o advento do Estado Novo

O dia 11 de novembro de 1937 se consolidou como um marco na história brasileira, infelizmente por uma razão negativa, pois em virtude da consecução de um golpe de estado que instituiu a ditadura do Estado Novo, que inaugurou um momento de mudança na política do país. Nesse dia, a edição d’*O Estado* noticiou sobre as mudanças que estavam em curso.

Uma matéria – “Campanha contra os estrangeiros indesejáveis” – tratava da expulsão de imigrantes irregulares no país. Nela há elogios à campanha do governo de expulsar os estrangeiros que se encontram no país sem a devida regularização na documentação, nos termos estabelecidos pela Constituição de 1934 (Campanha [...], 1937a, p. 1).

A publicação desta matéria simboliza um ponto de virada na abordagem do jornal sobre o tema. A retórica anticomunista é reduzida em detrimento do nacionalismo e demais ideias-força do Estado Novo. As matérias subsequentes vão insistir na importância da assimilação cultural do imigrante. Por conseguinte, a aquisição da língua, costumes e hábitos nacionais etc., pelo “elemento estrangeiro”, como se dizia à época, tornar-se-á imperativo para a salvação da nacionalidade.

Discussões sobre a educação das novas gerações de um modo geral, e dos filhos de imigrantes em particular, tornaram-se comuns nas edições

deste periódico. Em 26 de novembro de 1937 foi veiculada uma breve matéria, inserida em uma coluna lateral, sobre “A nacionalização do ensino”, dando conta da inspeção de escolas e como elas detectaram irregularidades no ensino, no caso, como o ensino estava ocorrendo em línguas estrangeiras (A Nacionalização [...], 1937, p. 2).

O assunto retornou às páginas do jornal no dia seguinte, em uma matéria – “Nacionalismo” –, direcionada aos perigos que poderiam ser causados pela falta de inspeção nas escolas. O olhar para a educação das crianças estrangeiras não foi o único reflexo causado pelo nacionalismo. Após o decreto do Estado Novo, foram efetuadas publicações recorrentes a respeito do abraqueiramento de imigrantes de um modo geral, não focando apenas em crianças (Nacionalismo [...], 1937b, p. 2).

A retórica anticomunista vai gradativamente perdendo densidade, enquanto o nacionalismo seguiu o sentido inverso. Nesse sentido, anticomunismo e nacionalismo são variáveis que possuem uma relação inversamente proporcional. Logo, *posição doutrinária* – o estrangeiro como indesejável – vai cedendo espaço para a *posição pragmática* – o estrangeiro como assimilável à cultura nacional.

Esse posicionamento fica evidente na matéria “Campanha nacionalizadora”, publicada no dia 18 de dezembro de 1937. Nela, a argumentação está centrada no elogio às campanhas do exército que visam ter um contato maior com civis estrangeiros e seus parentes, bem como exalta o discurso de um militar em particular:

Em seu primoroso discurso o cap. Adauto apelou em nome do Brasil, para que as mães e pais teuto-brasileiros e alemães nunca deixem de emprestar o seu decidido e sincero apoio à Campanha em desenvolvimento, para maior grandeza da terra generosa e boa que, de braços abertos acolhe os estrangeiros que vêm colaborar no seu progresso com os brasileiros (Campanha [...], 1937b, p. 8).

Essa abordagem nacionalista continuará presente até o encerramento das atividades do jornal. Em uma de suas últimas edições, no dia 29 de janeiro de 1938, foi publicada uma matéria sobre a

“Campanha nacionalista”. Nela, novamente, foi ressaltada a importância de se propagar o nacionalismo, descrito como muito importante na proteção do país contra a ação de imigrantes “mal-orientados”:

[...] fomos dos primeiros que se alistaram nas fileiras comandadas e orientadas por patriotas convictos que bem cedo vislumbraram os gravíssimos perigos que ameaçavam a nacionalidade, principalmente nesta parte sul do País, onde o indiferentismo dos brasileiros aliado a audácia e a ingratidão de estrangeiros mal orientados permitirá a criação de quistos antinacionalistas, no organismo da Nação. (Campanha [...], 1938, p. 1).

Durante os meses de novembro, dezembro e janeiro, o jornal realizou uma série de matérias de cunho nacionalista, sempre ressaltando a importância da assimilação cultural dos imigrantes e sobre a defesa dos valores nacionais, assim como a importância da propagação da chamada “cultura brasileira” nas escolas e defendendo a prática dela entre os imigrantes já adultos.

No dia 1º de fevereiro de 1938, em sua primeira página, *O Estado* publicou um comunicado informando aos leitores o que segue:

“O ESTADO” suspende nesta data, temporariamente, a sua publicação, para reaparecer oportunamente transformado e melhorado, como “ÓRGÃO DOS PODERES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ”, à semelhança do que se verifica nas parcelas mais adiantadas da Federação, como São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, preenchendo todos os requisitos do periodismo moderno. Para isso o “O ESTADO” ampliará todas as suas seções (Medida [...], 1938, p. 1).

O discurso oficial é de que essa paralisação tinha uma finalidade estratégica e permitiria a evolução do jornal, que seria retomado posteriormente, embora sem data definida. Sendo assim, essa edição foi a última localizada. Não há nenhum registro sobre a retomada do periódico. Certamente a mão pesada do Estado Novo se fez presente. Esperamos em pesquisas futuras poder delinear melhor essas tramas...

## Considerações finais

Analisando as edições de *O Estado* durante o período de outubro de 1936 até o dia 1º de fevereiro de 1938, foi possível constatar que o jornal não passou por mudanças significativas na forma de seus textos. Contudo, houve uma grande variação temática no período. Em 1936, havia um número maior de temas sendo abordados nas edições; em sentido oposto, nas suas edições finais, os temas são menos variados.

O tema da imigração tem uma abordagem bem específica, dando mais destaque aos benefícios econômicos que a imigração poderia trazer ao país, sendo que a princípio não se revela nenhum receio ou temor com a presença do elemento estrangeiro em terras brasileiras. Com a chegada de 1937, o periódico em tela passou por mudanças expressivas, mesmo antes da instauração do Estado Novo.

Houve uma reformulação tipográfica, resultando na redução do número de páginas de 12 para oito; o foco editorial se tornou mais específico. Se em 1936 as temáticas eram variadas e pouco repetitivas, a partir de 1937 elas passaram a seguir tendências ideológicas, notadamente o anticomunismo e o nacionalismo.

As páginas de *O Estado* foram marcadas por esses temas, sobretudo no segundo semestre de 1937. A convergência entre as posições veiculadas pelo periódico e as diretrizes do regime Vargas é inegável, inclusive no tocante ao tema da imigração e seus corolários.

Após a Revolta Comunista de 1935 a ideologia anticomunista chegou a níveis elevadíssimos. Uma nova interface foi agregada ao “perigo vermelho”, o de que ele era uma ideologia alienígena, trazida ao Brasil pelos imigrantes. Dessa maneira, as representações em torno da questão imigratória receberam esse aporte.

Representações negativas sobre o tema da imigração também foram veiculadas pelo jornal *O Estado*. A retórica anti-imigratória aparece nas discussões, mas em nenhum momento há um endosso a ela. De todo modo, a discussão na qual os

imigrantes são qualificados como “indesejáveis” aparece com frequência nas páginas do periódico.

Após a divulgação do Plano Cohen, em 1º de outubro de 1937, uma tendência anticomunista dominou o espaço público. O nacionalismo, o outro pilar da ideologia hegemônica, era uma preocupação tanto do jornal quanto do governo. Nesse contexto, a representação sobre o tema da imigração passa a ser sempre convergente com o governo.

O governo Vargas possuía um projeto cultural que foi disseminado entre a população, no qual a cultura brasileira era qualificada como homogênea. Havia também o interesse de diversos setores da economia em torno da imigração – a tese da falta de trabalhadores. O jornal *O Estado* tinha posição favorável em ambos. Como conciliá-los? Defendendo que os estrangeiros seriam assimilados à cultura nacional, abdicando de suas raízes e adotando os valores e costumes brasileiros, tendo em vista que eles tinham um papel importante no progresso nacional.

O jornal teria apenas problematizado os dilemas vivenciados naquela conjuntura histórica? Ou, de outra forma, teria aderido, ainda que inconscientemente, às diretrizes políticas do regime vigente no Brasil? Ou ainda, devemos cogitar, o jornal teria concretizado esses dois movimentos simultaneamente?

O aprofundamento das pesquisas em torno do periódico e dos atores envolvidos em sua produção pode auxiliar na resposta a essas questões. De todo modo, podemos formular essas questões de um modo mais afeito ao tempo presente: qual é a linha divisória entre o dever de informar e o de disseminar discursos de ódio?

## Referências

A CONSTITUIÇÃO e a imigração. *O Estado*, Curitiba, ano I, n. 108, 6 fev. 1937, p. 2.

A FOBIA da nacionalização. *O Estado*, Curitiba, ano I, n. 75, 29 dez. 1936, p. 2.

A IMIGRAÇÃO de europeus para o Brasil. *O Estado*, Curitiba, ano I, n. 205, 25 maio 1937, p. 2.

A IMIGRAÇÃO e o empecilho constitucional. *O Estado*, Curitiba, ano I, n. 60, 10 dez. 1936, p. 2.

A NACIONALIZAÇÃO do ensino. *O Estado*, Curitiba, ano II, n. 371, 26 nov. 1937, p. 2.

A NECESSIDADE da imigração. *O Estado*, Curitiba, ano II, n. 333, 10 out. 1937, p. 2.

AINDA a quota de imigração. *O Estado*, Curitiba, ano I, n. 63, 13 dez. 1936, p. 2.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ARTIGO do professor Deffontaines sobre a economia brasileira. *O Estado*, Curitiba, ano I, n. 205, 25 maio 1937, p. 1.

BARROS, José D'Assunção. *O jornal como fonte histórica*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 12 jun. 2024.

BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro, DF: Assembleia Nacional Constituinte, 1937. Disponível: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-35093-10-novembro-1937-532849-publicacaooriginal-15246-pl.html>. Acesso em: 12 jun. 2024.

BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro, DF: Assembleia Nacional Constituinte, 1934a. Disponível: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-1934-16-julho-1934-365196-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 12 jun. 2024.

BRASIL. *Decreto n. 21.240, de 4 de abril de 1932*. Nacionaliza o serviço de censura dos filmes cinematográficos, cria a “Taxa cinematográfica para a educação popular” e dá outras providências. Rio de Janeiro, DF: Presidência da República, 1932. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21240-4-abril-1932-515832-publicacaooriginal-81522-pe.html>. Acesso em: 12 jun. 2024.

BRASIL. *Decreto n. 24.651, de 10 de julho de 1934*. Cria, no Ministério da Justiça e Negócios

Interiores, o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural. Rio de Janeiro, DF: Presidência da República, 1934b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21240-4-abril-1932-515832-publicacaooriginal-81522-pe.html>. Acesso em: 12 jun. 2024.

CAMPANHA contra os estrangeiros indesejáveis. *O Estado*, Curitiba, ano II, n. 359, 11 nov. 1937a, p. 1.

CAMPANHA nacionalista. *O Estado*, Curitiba, ano II, n. 424, 29 jan. 1938, p. 1.

CAMPANHA nacionalizadora. *O Estado*, Curitiba, ano II, n. 390, 18 dez. 1937b, p. 8.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, Dulce Chaves (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 167-178.

ERBOLATO, Mário L. A censura à imprensa durante o Estado Novo. *Comunicarte*, Campinas, v. 2, n. 4, p. 131-152, 1984.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Diário pessoal, autobiografia e fontes orais: a trajetória de Pierre Deffontaines. In: INTERNATIONAL ORAL HISTORY CONFERENCE, 10., 1998, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1998. v. 1, p. 379-386.

MAUL, Carlos. Legítima defesa. *O Estado*, Curitiba, ano II, n. 340, 19 out. 1937, p. 2.

MEDIDA de emergência. *O Estado*, Curitiba, ano II, n. 426, 1 fev. 1938, p. 1.

NACIONALISMO. *O Estado*, Curitiba, ano II, n. 334, 11 out. 1937a, p. 2.

NACIONALISMO. *O Estado*, Curitiba, ano II, n. 372, 27 nov. 1937b, p. 2.

ONDE está o mal. *O Estado*, Curitiba, ano II, n. 332, 9 out. 1937, p. 2.

OSTOS, Natascha Stefania Carvalho. *Terra adorada, mãe gentil: representações do feminino e da natureza no Brasil da Era Vargas (1930-1945)*. 2009. Tese (Mestrado em História) - Faculdade de

Filosofia e Ciências Humanas (Fafich) / Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Minas Gerais, 2009.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Censura no Estado Novo. *Concinnitas*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 33, p. 103-113, dez. 2018.

PILOTTO, Osvaldo. *Cem anos de imprensa no Paraná (1854-1954)*. Curitiba: Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1976.

*Recebido em: 10 maio 2024*

*Aceito em: 14 jun. 2024*

